

ENTRAVES DO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS¹

BARRIERS OF THE STRENGTHENING OF THE PEASANT AGRICULTURE AS OF A PUBLIC POLICY OF COMERCIALIZATION OF FOOD.

BARRERAS DE AGRICULTURA CAMPESINA FORTALECIMIENTO DE COMERCIALIZACION DE ALIMENTOS EN LA POLÍTICA PÚBLICA

Euclides Eduardo Nunes MANDÚ²

Luiz Henrique Gomes de Moura ZARREF³

Resumo: O presente artigo visa discutir a agricultura camponesa e suas contradições em seu processo histórico e político recentemente considerado como política assistencialista; embora seja de fato um processo de resistência ao capital no campo e ao agronegócio, em espaços de inter-relações e de movimentos socioculturais e ou territoriais de luta em busca de superar desafios e abarcar os mercados institucionais de comercialização de sua produção segundo o que preconizam os programas de governo PAA e PNAE, a aquisição da produção promovida com a perspectiva e prática agroecológica. Como contexto teórico metodológico analisa-se os desdobramentos referentes a tais programas por meio de uma visão geral tratada por teóricos relacionados aos assuntos das articulações presentes no território Chapada dos Veadeiros, bem como entrevistas e outras fontes de pesquisa focadas em dois municípios desse território como recortes espaciais centrais. Sendo Campos Belos o polo comercial central da região seguido do município situado em divisas limítrofes com a cidade polo intitulado Monte Alegre de Goiás, nessa última enfatiza-se a existência de comunidades Kalunga como parte integrantes por inter-relações ao espaço e afirmados no presente estudo. Para tanto apresenta-se questões inerentes a conformação social histórica e agrária do território analisado apresentado nos termos políticos como espaço patrimonial e histórico.

Palavras –Chave: Agricultura camponesa; Aquisição de alimentos; Camponês; Campos Belos; Políticas públicas.

Abstract: This paper discusses peasant agriculture in its historical and political process recently considered welfare policy and contradictions, such as resistance to capital in the field and to agribusiness in the interrelationship of spaces and socio-cultural movements and or territorial fight seeking to overcome challenges and embrace the institutional markets of commercialization of its production according to what recommend the advocating of the PAA and PNAE government programs, the acquisition of production promoted by the prospect and agroecological practice. As a methodological theoretical context analyzes the developments relating to such programs through an overview treated by theorists related to the issues of the articulations present in the territory of Chapada dos Veadeiros as well as interviews and other research sources focused on two municipalities that territory as clippings central space. Being Campos Belos the central business hub of followed by the commune region situated in neighboring borders with polo town called Monte Alegre de Goiás, in the latter emphasizes the existence of Kalunga communities as part members by inter-relationships to space and affirmed in this study. For this presents issues related to historic and agrarian social conformation of the analyzed territory presented in political terms as equity and historical space.

Keywords: peasant agriculture; Acquisition of food; Peasant; Campos Belos; Public policy.

n

Resumen: Este artículo discute la agricultura campesina en su proceso histórico y político recientemente considerada política de bienestar y contradicciones, como la resistencia al capital en el campo y en la agroindustria en la interrelación de espacios y movimientos socioculturales y territoriales o luchar tratando de superar los retos y abrazar los mercados de marketing institucional de su producción de acuerdo con la defensa de los programas de PAA y gubernamentales PNAE, la adquisición de la producción promovida por la perspectiva y la práctica agroecológica. Como marco teórico metodológico analiza los acontecimientos relacionados con este tipo de programas a través de una visión general tratada por los teóricos relacionados con los problemas de las articulaciones presentes en el territorio Chapada dos, así como entrevistas y otras fuentes de investigación se centraron en dos municipios de ese territorio como recortes espacio central. Siendo Campos Belos el eje central de negocios de la seguida por la región comuna situada en las fronteras vecinas con la ciudad de polo llamado Monte Alegre de Goiás, en este último destaca la existencia de comunidades Kalunga como miembros de la pieza por interrelaciones a espacio y afirma en este estudio. Para ello presenta temas relacionados con la conformación social, histórico y agraria del territorio analizado presenta en términos políticos como la equidad y espacio histórico.

Palabras-clave: la agricultura campesina; Adquisición de los alimentos; Campesino; Campos Belos; Políticas públicas.

¹ O presente artigo foi elaborado a partir de recorte de pesquisa vinculada a Universidade Federal de Goiás – Campus Samambaia apresentado a banca examinadora em junho de 2015.

² Bolsista do CNPq na modalidade ATP - A, entre o período de maio de 2013 a março de 2014 como discente do Curso de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – Residência Agrária da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: euclides.e.mandu@hotmail.com

³ Professor orientador: doutorando Luiz Henrique Gomes de Moura Zarref. E-mail: zarref@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com esse artigo se pretende discutir questões referentes a agricultura camponesa e seu processo histórico, político contraditório diante da problemática da fome e da insegurança alimentar e nutricional da população brasileira. Segundo Norder (2004) esse processo se discute desde a década de 1940. A partir 2003 se elevaram as proposições em torno da questão da fome e da segurança alimentar e nutricional, assim como no campo da produção camponesa e da comercialização de seus produtos, ao mesmo tempo em que são criados vários territórios da cidadania em todo o país, aos quais são direcionadas as políticas de fortalecimento da agricultura camponesa e de implementação das compras institucionais, que para Souza (2012) são de caráter assistencialista contra a fome e a miséria, tal pretensão se mostra o inverso as especificidades da agricultura camponesa. Procede-se a uma discussão teórica como também a uma análise a nível governamental de dados referentes ao período de 2003 a 2010, com informações fornecidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal – PAA e pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Segundo Fernandes (2005) os movimentos sócio-territoriais se exercem influencias na articulação e na luta por políticas territoriais para a agricultura camponesa, trazem consigo a diversidade cultural e histórica de sua formação no território, fazendo frente às contradições inerentes à desatenção da aplicação das políticas públicas que tem como pressuposto o fortalecimento da agricultura camponesa, a qual muitos a denominam como “agricultura familiar”. A agricultura camponesa promove resistência a intensificação do capital no campo e ao agronegócio, ao mesmo tempo, são muitos os entraves que impossibilitam o acesso dos camponeses a tais políticas.

No território da Chapada dos Veadeiros os municípios que ainda não efetivaram as compras institucionais, buscam essa efetivação por meio de movimentos institucionais e sócio-territoriais que demonstram pouca expressividade, situações como essas ocorrem nos municípios de Campos Belos – CB e Monte Alegre – MA, no caso de municípios como Alto Paraíso e São João D’Aliança tais ações são mais concentradas, pois a pequenos passos as compras institucionais tem evoluído nesses municípios. Faltam, portanto que as compras institucionais realmente aconteçam em Campos Belos – CB e Monte Alegre – MA.

De acordo com Garcia (2013) Campos Belos é considerado como cidade jovem e polo comercial da região da chapada, seus dados históricos o indicam como um município que exerce influência por sua participação no processo de povoamento da chapada e por se situar centralizado ao mesmo tempo em que dividi fronteiras com o Tocantins, com a Bahia e na sequência encontra-se Monte Alegre de Goiás, na Chapada sentido a Alto paraíso. Segundo Almeida (2010) os primeiros bandeirantes exploradores das terras brasileiras, vinham Brasil afora falcando ouro por volta do século XV e assim deixaram suas marcas na região ao tempo em que contribuía no processo de povoamento do qual se originou Campos Belos, Monte Alegre e vários outros municípios da Chapada. No caso de Monte Alegre, esse adquiriu status de Sitio Histórico Kalunga por abrigar numerosa população Kalunga na Chapada juntamente com os municípios de Teresina e Cavalcante.

Segundo Almeida (2010) e Garcia (2013) há uma conotação de patrimônio cultural apregoada ao espaço que no século XV era berço do povoamento da região estendida de Campos Belos

a Cavalcante, durante um período de transição política e histórica Campos Belos esteve integrado a jurisdição de Monte Alegre.

Em 1996 ocorre uma divisão promovida pelo Estado de Goiás (ALMEIDA, 2010), deslegitimando a condição de pertencimento e de valor histórico de Campos Belos, por essa ação, Monte Alegre passa a integrar o “sítio histórico e cultural Kalunga, entretanto as inter-relações sociais e sócio-territoriais são muito presentes dos Kalunga em Campos Belos, ou mesmo o contrário disso, assim os camponeses buscam se afirmar no espaço territorial enfrentando desafios frente a desatenção da agricultura camponesa.

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, o procedimento metodológico adotado se caracteriza como experimental, que segundo Bogdan e Biklen (1994) consiste no levantamento e estudos de caso e procura detalhar uma realidade social referente a agricultura camponesa como processo de resistência ao capital no campo e ao agronegócio, em espaços de inter-relações e de movimentos socioculturais e ou territoriais considerados como espaços de luta e superação de desafios e conquistas dos mercados institucionais de comercialização e de produção baseados nos programas de governo PAA e PNAE através da aquisição de produção promovida mediante a perspectiva e práticas agroecológicas. Visa-se ainda discutir o processo histórico e político da agricultura camponesa e suas contradições ao ser considerado atualmente como política assistencialista.

Para a realização da presente pesquisa utilizou-se de entrevista semielaborada in loco nas comunidades com diálogos a nível de territórios empregados nos municípios analisados, entrevistou-se pessoas na feira livre de Campos Belos-Goiás, pessoas dos órgãos institucionais de gestão municipal, de educação e de ATER, bem como pesquisou-se teóricos referentes a temática proposta por esse estudo.

Esse trabalho possui caráter qualitativo, que de acordo com Gil (2002) objetiva-se a seleção de dados coletados em campo, de modo a simplificar o processo e evitar o acúmulo de dados que poderão dificultar a seleção de informações relevantes para essa análise.

Como instrumento de pesquisa para a coleta de dados utilizou-se a entrevista, através de perguntas previamente elaboradas, com o intuito de responder as questões propostas e para fundamenta-la teoricamente utilizou-se teóricos que abordam à temática em debate.

Esse trabalho consiste em uma pesquisa-ação pelo fato do pesquisador ser um agente ativo e ainda por estar diretamente ligado ao campo de análise; bem como por envolver diversos representantes referente a esse estudo.

Adotou-se como recurso um roteiro de observação para captar informações fieis a realidade, de modo a levar em conta os aspectos e características mais relevantes aos interesses pertinentes a aquisição de resultados.

Para efetivar essa pesquisa foram entrevistados funcionários das prefeituras de Campos Belos - CB e de Monte Alegre de Goiás - MA, e ainda servidores das escolas e órgãos de assistência técnica rural (ATER), bem como camponeses feirantes e moradores das comunidades rurais e Kalunga de MA. Para tanto, algumas perguntas foram elaboradas, informações foram coletadas e questionários

foram aplicados em entrevistas semielaboradas.

A análise além de coletar informações junto as instituições públicas conforme já foi mencionado, também dialogou com os camponeses que expõem seus produtos na feira livre, dessa forma, tanto no caso de CB, quanto de MA evidenciou-se a desatenção da gestão municipal a agricultura camponesa e isso é consenso geral nas falas dos feirantes.

O campo de pesquisa escolhido para desenvolver esse trabalho está situado entre Campos Belos e Monte Alegre de Goiás. A escolha dessa temática deve-se ao interesse em conhecer como se dá o processo de produção e comercialização camponesa de gêneros alimentícios e ainda a partir da necessidade de entender os problemas enfrentados pelos atores sociais envolvidos nesse trabalho e intervir direta ou indiretamente na realidade encontrada.

CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA CAMPONESA

A partir de 2003 maior atenção passa a ser dada a agricultura camponesa no Brasil, assim como, nos territórios da cidadania, há por tanto uma pretensão de que esse modelo de agricultura participe nos programas de aquisição de alimentos do governo federal, tais políticas recebem críticas de teórico que tratam essa questão, entre eles citam-se Saron e Hespanhol (2012); Triches Schneider (2010-2011-2012) e Souza (2012). Percebe-se que essas políticas se traduzem como contraditórias, assistenciais e de caráter suplementar.

Para Souza (2011) tais políticas propõem combater a fome e a miséria e dar maior atenção à agricultura camponesa, assim como, canalizar mais esforços aos territórios onde se concentram maior diversidade natural e cultural e são marcados por relações sociais e históricas que despertam interesses sócio-políticos, econômicos e da ciência, a saber onde há maior presença de remanescentes quilombola e comunidades tradicionais, indígenas e assentados da reforma agrária e outros mais. A autora entende que essas políticas se apresentam como:

Destarte, a tese aqui sustentada, compreende que o governo Lula da Silva insere-se nesta perspectiva, cuja expressão concreta tem sido o investimento na política assistencial e, mais particularmente, em programas de transferência de renda que nesta se localizam, focalizados na pobreza e/ou extrema pobreza, como forma de resposta às expressões da questão social, vislumbrada como alternativa para o propalado enfrentamento da pobreza (SOUZA, 2011, p. 11-12).

As proposições políticas reconhecem que nos territórios existem famílias e comunidades camponesas que carecem de maior atenção, que visem o fortalecimento da agricultura camponesa, as críticas de vários teóricos residem em termos proposições versus implementação, pois, desde de quando começaram em 2003 a canalizar recursos para fortalecer a agricultura camponesa, tem demonstrado maior atendimento a regiões mais desenvolvidas ao sul do país.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dita um novo marco histórico para a agricultura camponesa revestindo-a conceitualmente como “agricultura familiar”, o que requer mais atenção dos movimentos de luta para afirmar sua existência e identidade, segundo Fernandes (2005) o camponês sempre existiu e existe atualmente reafirmado nas lutas do campesinato. Com esse novo

marco político, surgem os colegiados territoriais com a “pretensa intenção” de apoio entre as articulações sociais e a implementação dos programas territoriais de promoção e orientação da agricultura camponesa e dos mercados institucionais.

Entre os objetivos das políticas de combate a fome e a miséria, destaca-se resumidamente: a) promover o acesso à alimentação saudável, com foco na segurança alimentar e nutricional e incentivar os pequenos produtores sobe as perspectivas agroecológicas, b) produzir e comercializar seus produtos junto aos mercados institucionais. Além da obrigatoriedade prevista na lei do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), surge também a obrigatoriedade das compras institucionais destinadas a alimentação escolar conforme Lei 11.947 de 2009 e Resolução FNDE Nº 26 de 2013. Centraliza-se, por tanto, o papel do estado nos termos normativos, enquanto isso recaem à sociedade civil a participação na fiscalização dos recursos destinados a aquisição pelo PAA e PNAE, de gêneros alimentícios do seguimento produtivo camponês.

Segundo Triches e Schneider (2010-2011-2012) os maiores destaques para as compras institucionais se concentram em regiões do Sul do Brasil ou localidades onde existe maior desenvolvimento de tecnificação.

O Decreto Presidencial nº 25 de fevereiro de 2008 orienta as políticas a serem implementadas nos territórios da cidadania através de um grupo gestor composto por diversos órgãos governamentais. Para inserção dos territórios são adotadas exigências que integram critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos, além de ser reconhecidos etnicamente pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que afirmam a coesão social e territorial.

Segundo o Decreto (Op. Cit.) também são utilizados os índices populacionais dos municípios com menos de 80 habitantes por km², menor IDEB, maior presença de indígenas, assentados da reforma agrária e remanescentes Quilombola, questão essa que, de modo geral se faz presente na região da Chapada dos Veadeiros em Goiás. Os objetivos das políticas territoriais são centrados no enfrentamento da fome, da pobreza e de raça, questões étnicas e nas desigualdades sociais no campo, com foco na valorização da diversidade cultural social, política, institucional e ambiental, para isso concentra esforços na questão da inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis.

A problemática da fome e de segurança alimentar discutida mediante a visão de Norder (2004) passa por um longo período de discussão no Brasil desde a década de 1940 e com grande contribuição de Josué de Castro. Já no contexto atual, das ações territoriais, para que essas sejam implementadas, como no caso em questão das compras institucionais, isso depende em parte do que constroem a sociedade organiza junto ao colegiado territorial, sendo essa uma forma de representação propositiva da sociedade e dos governos construída a partir de 2003 nas políticas dos territórios da cidadania.

O PAA E DO PNAE DE MANEIRA GERAL E NO GOIÁS

Segundo CAISAN (2011) o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS

adquire-se a produção dos pequenos produtores visando atender as necessidades da população em condição de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a agricultura camponesa, a formulação e implementação das compras institucionais ficam a cargo de três ministérios sendo eles o MDS, MDA e ainda o Ministério da Educação-MEC, esse último apoia-se na Lei 11.947 de 2009 e na resolução FNDE 26, por meio desses instrumentos há a obrigatoriedade do PNAE adquirir até 30% de produtos da agricultura camponesa, cabendo o seu bom funcionamento ao caráter fiscalizador dos CAEs.

Analisando a implementação e funcionamento do PAA no território rural do noroeste paulista, Saron e Hespanhol (2012), perceberam que mesmo com os avanços proporcionados com o crescimento da utilização de recursos desde sua institucionalização, existem discrepâncias quando comparados os números para diferentes regiões do país.

De acordo com Saron e Hespanhol (2012) até o ano de 2005 a Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB (2014) ficava por conta da operacionalização do PAA e os recursos que movimentavam o programa provinham do MDS, já havia também a preocupação com a questão nutricional e alimentar, pois contava-se com orientação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar – SESAN.

Ficam evidentes as proposições políticas visando a questão alimentar e de combate à fome com a implementação das compras institucionais, nesse sentido “[...] O Brasil tem realizado grandes avanços no campo da segurança alimentar e nutricional desde 2003, quando lançada a Estratégia Fome Zero [...]” (BRASIL, 2011, p. 15).

A partir de 2006 o MDA começa a canalizar recursos para o PAA reafirmando a necessidade da produção agroecológica, ou seja, uma agricultura pautada nos moldes tradicionais e nas práticas camponesas de produção conforme cita Altieri (2004), uma produção que vise a preservação do meio ambiente e não seja agressiva a saúde humana, assim como, de outras espécies que dependem da terra e dos recursos nela contidos para viver. Para se efetivar a implementação das compras institucionais do PAA nos municípios mais distantes dos grandes centros, ne faz necessário o despertar dos grupos socioterritoriais e suas entidades organizadas visando romper os entraves da administração municipal, conforme discussão de se segue.

O PAA E PNAE NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Conforme os autores Silva e Almeida (2012) Saron e Hespanhol (2012) os maiores avanços da comercialização institucional pelo PAA e PNAE demonstram maior participação dos estados do Sul do Brasil, por serem mais desenvolvidos e terem maior presença empresarial no ramo da agricultura.

Comparando os resultados, municípios da região sul participaram em 77% das vendas para o PNAE com produtos fornecidos pela produção camponesa familiar Silva e Almeida (2012), já na região Centro-Oeste as vendas somaram apenas 36%. De acordo com Saron e Hespanhol (2012) foram beneficiados, em termos gerais, pelo PAA pouco mais de 3% de um público total, isso significa cerca de 118 mil famílias, o que é muito pouco se comparados os mais de 5.570 municípios brasileiros e os duzentos e dois milhões de brasileiros segundo o IBGE, dados de 2014.

Para os anos de 2003 a 2009, no comparativo das regiões os estudos de Saron e Hespanhol (2012), indicam que enquanto o sul, Sudeste, Norte e Nordeste movimentaram 98% do volume do PAA

ficando o Norte e Nordeste com 05 e 51% respectivamente e Sudeste com 20% e Sul com 22%, ao Centro-Oeste coube a menor parte cerca de 2% apenas.

Com números do Grupo Gestor do PAA-GGPAA (2010) no que se refere às modalidades de compra a CDS – Compra com Doação Simultânea que utiliza recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS tem se destacado das demais e apenas por conta dessa modalidade, o estado de Goiás começa a aparecer nos gráficos. De 2003 a 2010 Cerca de 3,39 bilhões de recursos foram utilizados, um público total de mais de 149 mil famílias atendidas cerca de 3,1 milhões de toneladas de produtos adquiridos da agricultura camponesa.

O estado de Goiás não se destacou na operacionalização do PAA durante o período de 2003 a 2010 (BRASIL, 2010) a modalidade de compra Doação Simultânea que também entrega produtos nas escolas pelo PNAE evoluiu nesse período chegando próximo dos níveis do PAA leite na operacionalização pelos Estados, municípios e CONAB (2014) com um movimento de cerca de 83% dos recursos alocados.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a operacionalização do PAA, segundo as fontes de recursos ocorrem da seguinte forma: compra direta do pequeno produtor (CDAF), por meio do MDS do MDA e CONAB; a compra para formação de estoque (AFEAF) é feita por meio do MDS, do MDA e CONAB; já a compra com doação simultânea (CPR) envolve o MDS e a CONAB e gestores das instituições públicas nos estados e municípios, num outro formato há o Incentivo à produção, consumo e comercialização de PAA leite, é o (PAA leite) que através do (MDS) é operacionalizado apenas nas regiões Norte do país e no nordeste de Minas Gerais.

CONTEXTUALIZANDO AS MODALIDADES DE COMPRA INSTITUCIONAL

A compra Institucional apresenta limite de R\$ 8.000/ano. As regulações mais recentes ficam a cargo da Resolução nº 50/2012 GGPAA (2010) e de sua regulamentação dada pela resolução Nº 64 de novembro de 2013, dessa forma normatiza-se os mercados institucionais e possibilita-se aos entes federados da administração pública, nos Estados e Municípios, qualquer órgão ligado ao governo Federal diretamente ou indiretamente a comprar produtos da agricultura camponesa sem licitação, visando a comercialização da produção, uma alimentação adequada à população e ainda o fortalecimento da economia nos municípios e nas comunidades participantes.

Podem vender para os mercados institucionais as famílias camponesas como os pequenos agricultores, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, silvicultores, aquicultores, extrativistas e todos os povos do campo, contanto que tenham DAP e firmem propostas de compra junto a CONAB e as cooperativas, associações ou outras formas de organização que possam apresentar DAP jurídica.

As vendas podem ocorrer junto aos órgãos municipais ou ligados ao governo federal, tais como os hospitais, creches e escolas filantrópicas, restaurantes nas universidades, presídios, entre outros, respeitando sempre o volume máximo anual de venda por família participante na proposta, bem como a uma lista de preços médios do mercado local e que tenham como espelho os preços fornecidos pela CONAB.

ACPR Doação tem limites de R\$ 4.500 a 4.800/ano, os recursos são repassados do MDS a

CONAB, assim são adquiridos produtos da agricultura camponesa por meio de suas organizações, cooperativas e associações, entre outras. Os alimentos são destinados para doação definida pelo grupo gestor a entidades filantrópicas como os restaurantes populares, escolas, creches, entre outras, que fornecem alimentos a população em condição de insegurança alimentar e nutricional que demandam suplementação de alimentos, nesse mesmo tempo contribuem para o desenvolvimento da economia local. O grupo gestor do PAA, define a participação de entidades filantrópicas para que possam receber os produtos que por meio dos mecanismos socioassistenciais CRAS, são doados a população.

Também pela CPR Doação ocorre a compra individual pela CONAB diretamente do agricultor que vende para o PAA. De outra forma as organizações coletivas como as associações e cooperativas ou outras, vendem para a CONAB, a qual repassa os recursos direto para esses agentes os quais por sua vês fazem o pagamento direto ao produtor. Os produtos podem ser processados ou in natura ou industrializados.

Os produtos de base agroecológicas ou orgânicos são acrescidos de até 30% no seu preço de comercialização. O corre ainda que Estados e Municípios devem entrar com a contrapartida de auxílio a implantação do PAA Municipal, a qual varia entre 2 e 40% a depender da robustez e do porte da área de ação do programa. Para que os produtores participem é necessário que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Os envolvidos nas compras, entre eles, as prefeituras, escolas e secretarias de educação, os CAEs e o (MDS) são responsáveis por acompanhar todo o processo de compra.

A Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) tem limite de R\$ 8.000/ano. Essa modalidade permite a manutenção de estoque e regulação de preços, nela o grupo gestor do PAA, define os produtos a serem comprados, os Ministérios do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cooperam com a CONAB e a ela repassam os recursos destinados as compras institucionais. (MDA, MDS) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o MDA e o MDS controlam a venda ou doação dos produtos adquiridos pelo PAA.

Na modalidade CPR Estoque Apoio a Formação de Estoques o limite é de R\$ 8.000 a 1,5 milhão/ano. Por esse mecanismo se subsidia as entidades organizadas para formar estoques ou promover a venda dos produtos, também podem, no caso de não cumprirem as exigências contratuais, as entidades cooperativas ou associações devem devolver os recursos em produtos ou em dinheiro, isso pode gerar despesas de até 3%, as quais serão acrescidas na devolução.

As organizações de agricultores enviam à CONAB uma proposta com a demanda para formação de estoque informando a pretensão preços e produtos, quantidade e prazo para formação dos estoques, e as condições para que sejam direcionados aos órgãos públicos de referência. É necessário que os produtores declarem a aptidão ao Pronaf através da DAP. Se a proposta passar pelo crivo da CONAB e der positivo, a entidade proponente receberá os produtos negociados direto com os produtores. Ao final da operacionalização quando ocorre pelo MDS, a liquidação se dá por produtos, enquanto que se for pelo MDA, é feita em moeda corrente e os encargos chegam a 3 % ao ano

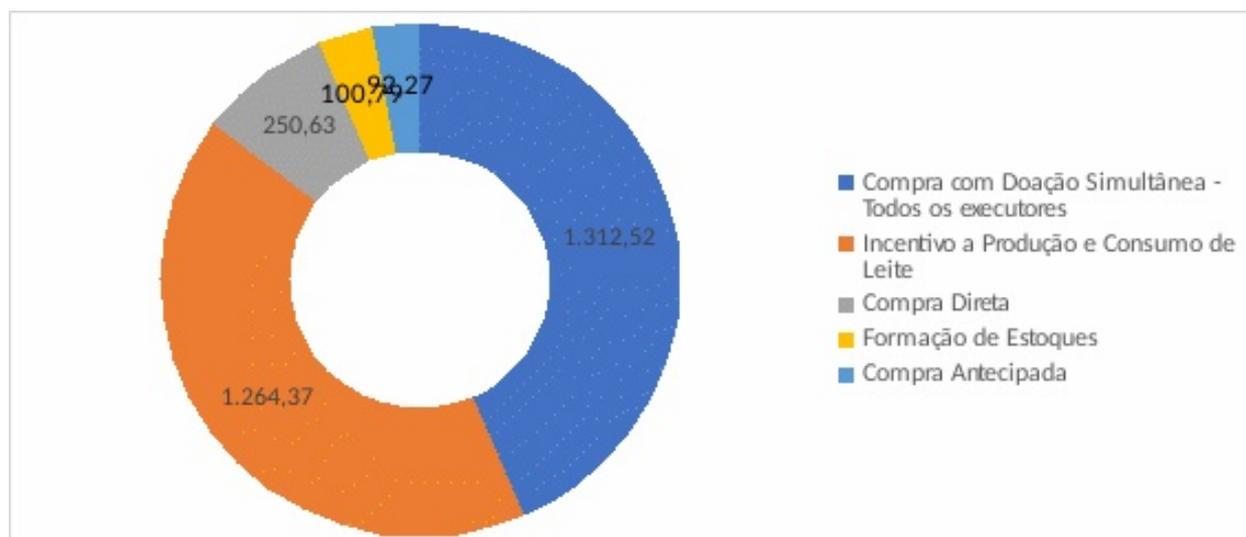
O PAA Leite prevê o incentivo à produção, consumo e comercialização de leite com limite de R\$ 4.000/semestral. Nesse formato os estados e municípios das regiões Norte brasileira e do nordeste de Minas Gerais devem receber os recursos do MDS, e executar o programa.

Essa é uma modalidade semestral, o público beneficiário com idade entre dois e sete anos, recebe o leite que é depositado pelo produtor que geralmente tem sua produção próxima do tanque de resfriamento mantido pelos laticínios locais, o grupo gestor determina o preço do leite do qual até 40% é repassado ao laticínio e os outros 60% para o agricultor.

Exige-se que o produtor forneça uma cota diária de no máximo 150 litros de leite diariamente e comprove aptidão ao Pronaf através da DAP, também obedeça às exigências de sanidade sanitária e animal vigentes no país. No caso de atender outros públicos diferentes de faixa de exigência citada, O concelho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional regulará o fornecimento, caso haja necessidade para outros públicos de idade acima de sete anos, vejam-se a seguir os números da evolução nacional do PAA.

Os números da execução Nacional do PAA mostram uma visão ampliada para todas as modalidades de compra, vejam-se no gráfico 1.

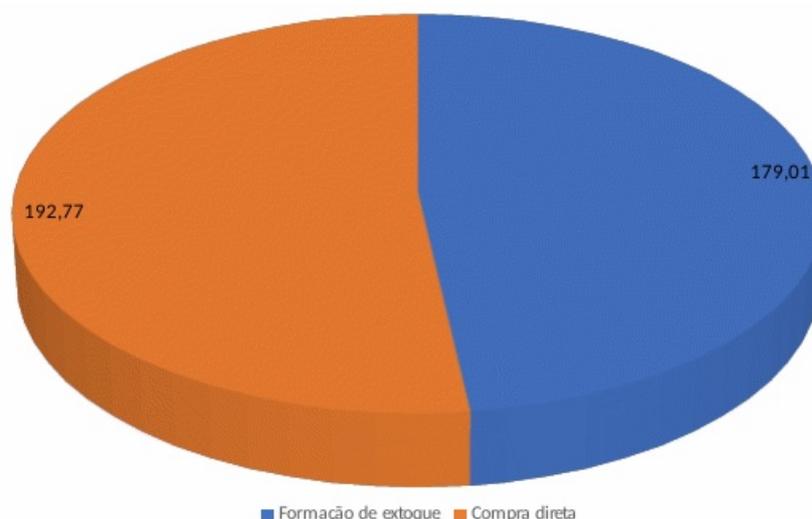
Gráfico 1. Execução do PAA de 2003 à 2010 em milhões de reais por modalidade.



Fonte: GGPAA (2010).

Conforme a evolução financeira apresentada no Gráfico 1, dos recursos destinados ao PAA e conforme as fontes executoras do programa no âmbito nacional sendo elas MDS ou MDA, de acordo com GGPAA (2010) o maior volume financeiro se deu com recursos do MDS que ficou por conta da modalidade Doação Simultânea-CDS a qual movimentou 1.312,52, milhões de reais, esses números representam 39%, do total das operações seguidos pelo incentivo à produção de leite com 1.264,37 milhões de reais. A compra antecipada movimentou as vendas apenas em 2003 com 3% do total. No próximo gráfico apresenta-se a participação do MDA na execução dos recursos do PAA para os anos de 2003 a 2010 compreendendo apenas duas modalidades de compra.

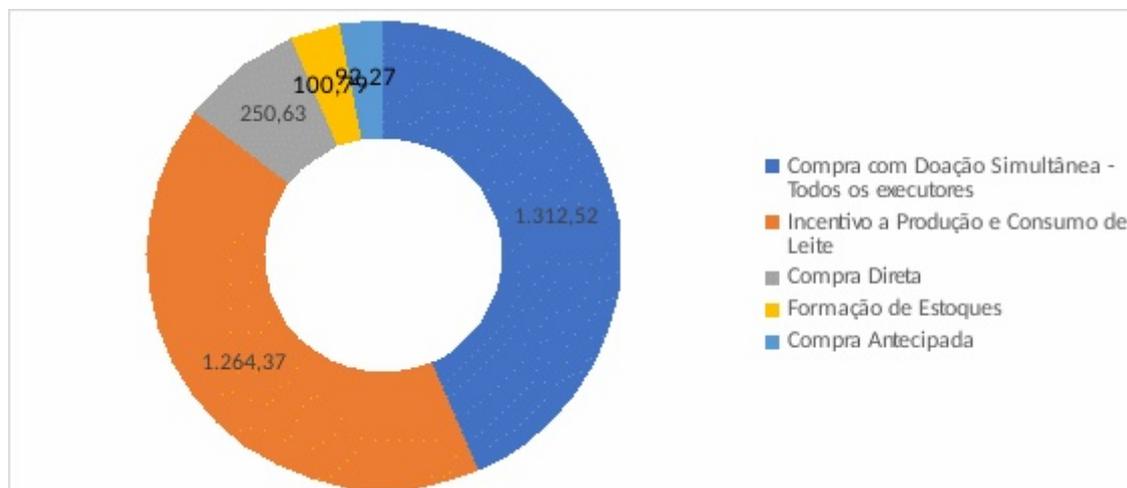
Gráfico 2. Execução do PAA com recursos do MDA no período de 2003 à 2010



Fonte: GGPAA (2010).

Segundo os dados apresentados no gráfico 2, a operacionalização do PAA com recursos do MDA no período de 2003 a 2010, movimentou mais de 371 milhões de reais dos quais 52% foram utilizados com a Compra Direta e 48%, com Formação de Estoque Também aqui os números se refere a execução financeira do PAA a nível nacional. No que se refere a execução pelo MDS para o mesmo período vejam-se os dados no gráfico 3.

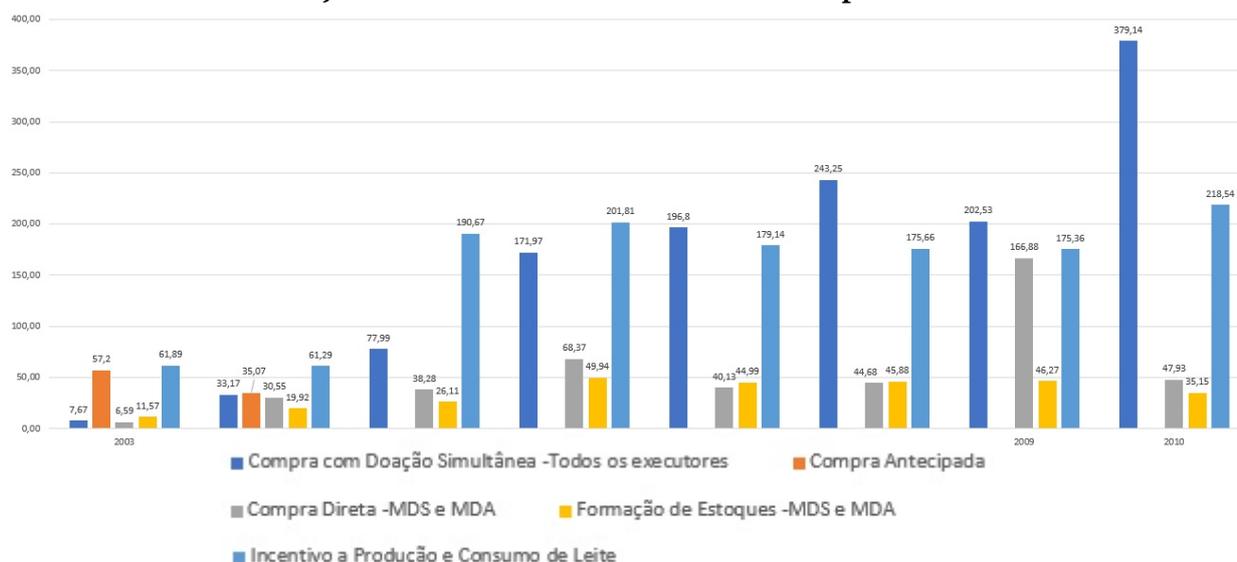
Gráfico 3. Execução do PAA com recursos do MDS no período de 2003 a 2010



Fonte: GGPAA (2010).

Segundo os dados expostos no gráfico 3, percebe-se que na modalidade Doação Simultânea (CDS) movimentou aproximadamente mais de 1,3 milhões de reais e isso representa cerca de 44% seguido das demais as quais acompanharam de longe esses números.

No próximo gráfico encontram-se os dados que refletem a evolução do PAA no âmbito nacional, da mesma forma trazem uma visão geral da participação na evolução das respectivas categorias conforme o ano ou período da execução, contemplada nas modalidades de compra executadas pelo programa, agrupa em números e percentuais as modalidades conforme o destaque de cada categoria e todos executores, gráfico 4.

Gráfico 4. Evolução do PAA com recursos do MDA no período de 2003 a 2010

Fonte: GGPAA (2010).

De acordo com os dados do gráfico 4 anteriormente apresentados, percebe-se que desde os anos iniciais das compras institucionais a Compra por Doação Simultânea – CDS evoluiu de 33,17 em 2004 para 77,99 em 2005 acompanhada de longe pela formação de estoque – CPR mantendo-se a frente das demais modalidades no período de 2007 a 2010. Nesse último ano por meio da modalidade Compra por Doação Simultânea movimentou-se mais de 379 milhões, isso representa cerca de 40% das aquisições do PAA para aquele período.

Dados do grupo gestor do PAA (2010) demonstram que comparando por modalidade, houve crescente aumento da alocação de recursos do PAA de 2003 a 2010 com uma evolução constante, a modalidade doação simultânea com recursos do MDS, evoluiu consideravelmente de 5 milhões de reais em 2003 para 150 de reais em 2009 com operações pela CONAB.

Em 2010 foram cerca de 275 milhões de reais foram operacionalizados pela CONAB, um pouco atrás, aparece os maiores volumes referentes a Doação Simultânea conduzida pelos estados com cerca de 48 e 49 milhões nos períodos de 2006 e 2010 respectivamente, já os municípios quase não aparecem nos números, pois sua evolução muito se distancia dos demais órgãos federativos. As operacionalizações obedecem aos limites de vendas por unidade de produção por Declaração de Aptidão Ao Pronaf – DAP. Se faz necessário a observância dos limites de venda por unidade, pois os mesmos podem variar conforme o ano da execução das compras institucionais.

Em 2005 o limite de venda por unidade de produção por ano, era de 2.500 reais, em 2006 esse valor se amplia para 3.500, ainda assim se percebe uma predominância das compras do PAA nas regiões mais ao Sul do país conforme os números apresentados pelo GGPAA (2010) segundo os estudos somente após a instituição dos territórios da cidadania em 2008 que na região Centro-Oeste, no caso o Estado de Goiás, mostra alguns resultados, porém ainda muito pequenos, tal situação se deu em municípios da Chapada dos Veadeiros.

De acordo com a CONAB em 2008 houve uma maior participação da região Centro-Oeste após a instituição dos Territórios da Cidadania, possibilitando a ampliação do PAA com a participação de famílias camponesas como as de pequenos produtores da região da Chapada.

Segundo a CONAB, os recursos do PAA gastos no Centro-Oeste somam cerca de 13,2

milhões de reais dos quais a maior participação ficou por conta dos Estados do Mato grosso e Mato Grosso do Sul com 4,5 e 6,6 milhões respectivamente, restando aproximadamente 1,9 milhões para o Estado de Goiás, a maior participação de Goiás no PAA ficou por conta dos municípios situados mais ao sul do estado, o que caracteriza a necessidade de maiores esforços que visem o fortalecimento da agricultura camponesa através das compras institucionais em outras regiões do estado, como é o caso do território da Cidadania Chapada dos Veadeiros, da mesma forma se espera a implementação das compras institucionais para Campos Belos e Monte Alegre, e suas respectivas comunidades rurais conforme veremos mais à frente.

Percebe-se que as compras institucionais sempre despontaram no Sul do país, no Sudeste ou Nordeste, com níveis elevados para formação de estoque (FE), compra direta (CD), e compra com doação simultânea (CDS) respectivamente, enquanto no Centro-Oeste, ainda que a predominância reside na modalidade de compra por doação simultânea (CDS), os maiores volumes de recursos alocados foram para o estado do Mato Grosso, cabendo ao Estado de Goiás manter-se sempre na base da lista, estagnado continuamente com a menor participação nas vendas para o PAA. Em resumo e para maior entendimento, na tabela 1 a seguir apresentam-se os dados referentes a execução do PAA pela CONAB, conforme fonte de recursos e modalidades de compra.

Tabela 1: *Resumo de execução do PAA pela CONAB 2003 a 2013*

MODALIDADE	ANO	PRODUTORES ATENDIDOS	RECURSOS	FONTE DE RECURSOS
CPR Compra Antecipada Especial	2003	7.811	7.747,96	MDS
Compra Antecipada	2003-2004	7.811	7.747,96	MDS
CD-Compra Direta	2003-2004	17.600	38.277.210,88	MDS
CDAF e CPR-Estoque	2006	26.883	74.198,9	MDA
CDAF, CPR-Doação e CPR-Estoque	2006	59.660	126.872,80	MDS
CDAF e CPR- Estoque	2007	22.550	64.199,37	MDA
CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação	2007	69.822	164.153,62	MDS
CDAF e CPR-Estoque	2008	26.099	86.255,35	MDA
CPR-Estoque, CPR- Doação e CDAF	2008	64.535	186.235,04	MDS
CDAF e CPR- Estoque	2009	20.282	89.636.542,00	MDA
CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação	2009	77.115	273.745.399,00	MDS
CDAF e CPR- Estoque	2010	10.567	57.093.567,00	MDA
CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação	2010	83.831	322.641.900,00	MDA
CDAF e CPR- Estoque	2011	7.130	33.799.118,00	MDA
CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação	2011	99.470	417.237.086,00	MDS
CDAF e CPR- Estoque	2010	8.963	47.182.109,00	MDA
CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação	2012	119.841	539.385.022,00	MDS
CDAF e CPR- Estoque	2013	2.786	20.038.410,00	MDA
CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação	2013	38.626	204.478.714,00	MDS

Fonte: CONAB.

Na tabela acima encontram-se agrupados as categorias de modalidade de compras com os dados referentes a execução do PAA, conforme as fontes de recursos a nível Nacional. De modo geral

desde os períodos iniciais do PAA houve significativa evolução dos recursos aplicados, para melhor entendimento soma-se os períodos em grupos conforme se segue. Nos anos iniciais de 2003 a 2006 o contingente de recursos foi de cerca de 255 milhões. De 2007 a 2010 foram investidos aproximadamente 864,4 milhões de reais, já de 2011 a 2013 os números 1.278 bilhões de reais, representadas todas as modalidades com recursos do MDA e MDS quase que equilibradas.

CONFORMAÇÃO DO PAA NO TERRITÓRIO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

A participação nas compras institucionais na Chapada tem predominância na produção camponesa, nos pequenos produtores no meio urbano em pequenos quintais e chácaras, ou mesmo em pequenas propriedades rurais, situadas próximas ou distantes das cidades, assim como os Kalunga, de monte Alegre podem formar propostas de venda para o PNAE através de sua participação nas chamadas públicas municipais e por meio das modalidades CDAF-Compra direta e CPR-Doação conforme informações apresentados pela CONAB, as quais permitem a aquisição da produção camponesa pelo PNAE por instituições públicas.

Segundo a CONAB de 2008 a 2014 poucos projetos de venda institucional da agricultura camponesa do Território Cidadania Chapada dos Veadeiros foram executados, no total foram quatro entidades participantes, entre elas duas cooperativas, sendo a COOPASA em São João D'Aliança Goiás, a COOPERFRUTOS do Paraíso em Alto Paraíso de Goiás, um projeto pessoa física também em São João e uma associação comunitária Kalunga em Cavalcante Goiás.

De acordo com a CONAB as propostas firmadas entre essas quatro entidades movimentaram 2.339 mil reais, com participação de 374 famílias as quais forneceram 747.072 quilos de alimentos, com esses foram atendidos 15.334 consumidores em 72 instituições.

BREVE QUESTIONAMENTOS PARTE DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa da qual se originou esse artigo se projetou a campo e aplicou entrevistas a diversos órgãos públicos como os da educação, de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, da gestão municipal a saber:

1. Quem está comprando?
2. Quem está vendendo?
3. E quais os produtos adquiridos,
4. Qual o público atendido e quais os recursos transferidos pelo FNDE que foram utilizados na aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar?

Respostas:

1. R. Informações desconstruídas fornecidas coletadas por algumas pessoas ligadas a gestão municipal, assim como, a educação e ainda o órgão, de ATER em MA, indicam que o município promove a compra para a alimentação escolar, nesse sentido somente a prefeitura e secretarias de educação de CB informaram que ambas compram os produtos para compor a merenda escolar e citam as fontes, dados esses confirmados pelo escritório de ATER do município;
2. R. Somente o comércio local nos municípios;

3. R. Carnes diversas e conservadas, panificados, sucos industrializados em pó e em caixa, produtos lácteos, frutas, legumes e hortaliças;

4. R. Creche, pré-escola, ensino fundamental, mais educação, e ensino de jovens e adultos (EJA).

- Há falta de informação acerca do PNAE e PAA, enquanto da participação do camponês;

- Há falta de organização dos produtores para diversificar a produção e manter o fornecimento às escolas de forma contínua;

- Há falta de incentivo e apoio por parte do poder público aos pequenos produtores para que acessem os pacotes tecnológicos da agricultura camponesa;

- A assessoria Técnica em extensão Rural está longe de atender objetivamente o seguimento produtivo camponês.

O PAA E PNAE NOS ÓRGÃOS DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO, E NO TERRITÓRIO CHAPADA DOS VEADEIROS

Com recursos do FNDE no total R\$ 361.558,21 para o exercício 2013 referente a 200 dias letivos, servidos 910.200 refeições para 4.047, lembrando que as informações aqui expostas constam apenas das escolas públicas municipais. Há por tanto outra conta a ser feita referente as escolas estaduais gerenciadas pela subsecretaria regional de educação situada em CB e que atende o escolar em vários municípios da Chapada, inclusive nas comunidades Kalunga de MA, Teresina e Cavalcante de Goiás. No geral são cerca de 8690 alunos atendidos na rede estadual e municipal aqui mencionadas.

Em resumo o camponês pouco ou raramente tem acesso aos mercados institucionais, da mesma forma o campesinato enfrenta problemas desconexos a sua existência e afirmação frente a lógica da “agricultura familiar” e do agronegócio, assim como da produção e comercialização dos seus produtos, nesse sentido o descontentamento do camponês é consenso, isso se observa por meio de suas respostas a pesquisa, como por exemplo:

Conforme discussão anterior, esse tópico retrata algumas questões referentes aos entraves inerentes a implantação das compras institucionais do PAA e PNAE, assim como a coleta de dados, como também se trata a problemática da produção e comercialização camponesa de gêneros alimentícios em Campos Belos - CB e em Monte Alegre de Goiás - MA, procede-se a busca de informações em escolas e órgãos de assistência técnica rural (ATER), assim como aos camponeses feirantes e outros nas comunidades rurais e nos Kalunga de MA.

Através de diálogo sobre as compras do PAA e PNAE publicas que tratam do assunto, assim como com as comunidades rurais, de Campos Belos e de Monte Alegre, entende-se que os entraves estão em grande parte no âmbito da gestão municipal, exemplo disso é a falta do serviço de inspeção municipal, assim como há necessidade de se mobilizar em prol entorno da problemática das compras institucionais, pois nota-se que até o presente momento, poucos são os avanços para a implementação das compras institucionais nos municípios em questão. Mais isso começa a mudar com o despertar dos grupos de interesse, como as entidades representativas da agricultura camponesa para que efetive as compras institucionais, tendo-se em vista essa problemática, os próximos tópicos retratam um cenário que começa a mudar por meio das lutas dos grupos de interesse por melhorias para agricultura camponesa e seus atores sociais, que se encontram direta ou indiretamente envolvidos no processo.

Em seguimento as discussões anteriores, percebe-se que recentemente ações do ministério público de Campos Belos desencadearam o derramamento e apreensão de produtos dos camponeses que comercializavam nas ruas da cidade, outros nas chácaras, outros ainda nas comunidades rurais sobre a alegação de não estarem amparados por um serviço de inspeção municipal e não receberem orientação desse serviço referente a saúde dos alimentos, das pessoas e do meio ambiente.

O cenário aqui descrito começa a mudar a partir de ações dessa pesquisa junto ao ministério público e comunidade em geral discutindo questões como essas, assim como outras pertinentes ao fortalecimento da agricultura camponesa na região, conforme se pode atestar a partir das postagens de Miranda (2013), que afirma em seu blog ter ocorrido uma audiência pública que reuniu vários representantes das organizações camponesas da Chapada dos Veadeiros, tal evento se deu em Campos Belos, em 08 de outubro de 2013, as entidades organizadas, camponeses da Chapada e pequenos produtores da circunvizinhança juntamente com o Ministério Público de Goiás problematizaram sobre a agricultura de diversos municípios da região, das comunidades de Campos Belos - CB e de Monte Alegre - MA e seu território Kalunga.

Decorre desses acontecimentos o despertar para um estudo junto a entidades públicas de ensino e pesquisa a qual dialogou com representantes da gestão municipal e de órgãos do governo federal e estadual, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros - TCCV de assistência técnica e extensão rural ATER, das comunidades Kalunga e dos pequenos produtores da cidade e do campo, discussão essa que se amplia nos próximos parágrafos trazendo, assim de forma resumida os resultados dos estudos que geraram esse trabalho.

Ao final da gestão 2013 - 2016 em Campos Belos, pequenos efeitos das lutas camponesas em favor da implementação das compras institucionais começa a surgir, pois em uma busca nos registros contidos em documentos da prefeitura de Campos Belos, documentos da pasta da alimentação escolar, constatou-se que o município firmou contrato de número 113/2016 por meio da chamada pública número 01/2016 para a aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar em escolas do município.

A entidade ganhadora do presente chama foi a Cooperativa Agroecológica Frutos do Paraíso - COOPERFRUTOS a qual tem base administrativa em Alto Paraíso de Goiás. O valor do contrato foi de 75 mil reais com recursos do Fundo Nacional da Educação - FNDE e visa atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para escolas da rede pública de educação e alunos da educação básica, conforme o que prevê a resolução FNDE nº 26.

A prefeitura de Campos Belos estipulou como tempo previsto para a entrega dos produtos, o segundo semestre de 2016 e com entregas parceladas. O limite de venda por DAP foi de 20 mil reais com produtos da produção camponesa de Alto Paraíso e de Campos Belos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que mesmo com os avanços das políticas de fortalecimento da agricultura camponesa, os programas de aquisição de alimentos PAA e PNAE instituídos pelo Governo Federal desde 2003, as maiores prevalências das compras institucionais foram para regiões do sul do país, tal situação deixa a desejar a implementação das compras institucionais nas demais regiões do país. O

caráter assistencialista se torna evidente e sofre muitas críticas teóricas, provavelmente pelas disparidades no atendimento aos territórios com predominância de povos mais vulneráveis, como no caso do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros, no qual citam-se Campos Belos e Monte Alegre de Goiás como os recortes espaciais da pesquisa.

O que caracteriza uma visão de sustentabilidades dos sistemas produtivos, sustentado pelos pressupostos de uma produção agroecológica, para uso na realidade em questão, pouco ou nada interfere nos modelos produtivos em vigor, pois tanto o capital se afirmar no campo, por meio de suas concessões, quanto o agronegócio avança com seus pacotes recheados de ideologias deslegitimadoras do camponês em suas identidades, de certo modo torna-se degradantes do meio ambiente. Um cenário como esse está longe de atender a dignidade humana por via da agricultura camponesa, pelo contrário o torna mais fragilizado.

Apesar das mobilizações camponesas no território as quais foram notadas no desenvolvimento desse estudo, conforme os período analisados desde 2013, entende-se que as políticas públicas de fortalecimento da agricultura camponesa ainda estão concentradas em grande parte no interesse da gestão municipal, sendo assim se faz notável o despertar e as mobilizações dos camponeses em busca de se fortalecer por meio dessas políticas que os levem a acessar os mercados institucionais dos programas de aquisição de alimentos do Governo Federal. Entende-se ainda que as lutas e mobilizações camponesas representam uma atitude positiva, pois aos poucos se percebe a ocorrência de melhorias nesse cenário. Ocorre ainda o enfrentamento das desconstruções identitárias, provavelmente pelas lutas camponesas a favor da coletividade, que transita pelos municípios, principalmente dos Kalunga entre cidade e campo, Campos Belos e Monte Alegre de Goiás.

Através das observações proporcionadas pelo presente trabalho, percebe-se ainda a necessidade de estudos posteriores que venham tratar essa problemática, de modo a promover uma maior caracterização da realidade local e do território, pois as contribuições teóricas situadas para esses recortes espaciais se mostraram escassas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Pelos vãos e serras.2010. 16682-68326-1-PB[1].pdf.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/11/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf>>. Acesso em: 10 Dez. 2012.
- Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Grupo Gestor Relatório Descritivo. Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2010/balanco-de-avaliacao-da-execucao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-08.2010>>. Acesso em: 09 Mar. 2017.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnica. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.
- BRASIL, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento-Conab Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 27 Mar. 2014.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Caderno Territórios 2 – Territórios Rurais Região Centro-Oeste 2010.pdf
- BRASIL. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.fn-de.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php>>. Acesso em: 02 de Jan. 2014.
- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. -- Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132 p. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/pjc/imagens/publicacoes/plano_nacional_seg_alimentar.pdf>. Acesso em: 21 Dez. 2014.
- Dinomar Miranda Disponível em: <<http://www.dinomarmiranda.com/>>. Acesso em: 21 Dez. 2014.
- FERNANDES, Bernardo, M. Movimentos sócio-territoriais e movimentos sócio-espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. NERA, ano 8, n.6, Jan./Jun., 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1460/1436>>. Acesso em: 03 set. 2014.
- GARCIA, Júnia Januária. Os Padrões Silábicos das Variedades de Português da Região de Campos Belos, Goiás. Brasília: 2013.pdf.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE; Banco de dados agregados. **Sistema IBGE de recuperação automática de dados – SIDRA 2014**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 04 Jan. 2015.
- NORDER, Luiz Antônio Cabello. Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no Brasil. In: Oswaldo Calzavara; LIMA, Rodne de Oliveira. (Orgs.). Brasil Rural Contemporâneo: Estratégias para um desenvolvimento Rural de Inclusão. Londrina: Eduel, 2004.310p.
- SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A implementação do PAA no território rural do noroeste Paulista 2012. Disponível em: <<http://www.escavador.com/pessoas/6131013>>. Acesso em: 21 Ago. 2014.
- SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Limites e perspectivas do programa de aquisição de Alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação Escolar (PNAE): o caso do assentamento corixinha em Cáceres – MT, 2012**. Disponível em: Acesso em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1413_1.pdf>. Acesso em: 21 Ago. 2014.
- SOUZA, Francilane Eulália de. As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumento para a valorização do território do camponês? Presidente Prudente: São Paulo, 2012. pdf
- SOUZA, Simone Souza. Políticas Sociais na Conjuntura do Partido Dos Trabalhadores: Notas Para o debate projeto político em curso no Brasil, 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/6360/5169>. Acesso em: 23 Dez. 2013.
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção 2010**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/787.pdf>>. Acesso em: 21 Dez. 2014.
- **Desestruturar para construir: interfaces para agricultura Familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.pdf.
- TRICHES, Rozane Márcia; FROELICH, Elisangela; SCHNEIDER, Sergio. **Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS) 2011**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/819.pdf>>. Acesso em: 21 Dez. 2014.

